



1 **▮ Assembleia Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher ▮ CEDM ▮**

2 **▮ 17/02/2016 ▮**

3 Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de 2016, às 09h00 min em primeira  
4 convocação, **na sala de capacitação da Escola de Governo, localizada no andar térreo do**  
5 **Palácio das Araucárias,** a rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Bairro Centro Cívico em  
6 Curitiba-PR, mediante convocatória estiveram reunidas as componentes do **Conselho Estadual**  
7 **dos Direitos da Mulher – CEDM,** levando a efeito à **Assembleia Ordinária** agendada para  
8 essa data, tendo a seguinte pauta: 1. Abertura. 2. Aprovação da Pauta. 3. Informes da  
9 Presidência e Secretaria Executiva. 4. Aprovação do Calendário para 2016. 5. Planejamento  
10 para 2016 e Comissões. 6. Avaliação da IV Conferência Estadual. 7. 4ª Conferência Nacional de  
11 Políticas para as Mulheres. 8. 08 de Março – Dia Internacional da Mulher. 9. Informes da  
12 Câmara Técnica de Gestão Estadual. 10. Palavra das Conselheiras. 11. Outro assuntos. 12.  
13 Encerramento. Após a segunda convocação realizada as 09h30, a Presidente Doris esclareceu  
14 que como não houve a reunião de dezembro, a pauta permanecia a mesma, passando a  
15 apresentação nominal das conselheiras, para a verificação do quórum. Conselheiras presentes  
16 na segunda chamada: Delcinéia Westphal Serconhuk (FETAEP), Jussara Fátima Ribeiro  
17 (SEAB), Melissa Colbert Bello (SEED), Elaine Ferreira Galvão (Rede Feminista de Saúde),  
18 Alaerte Leandro Martins (Rede Mulheres Negras/PR), Terezinha Beraldo Pereira Ramos (SEDS),  
19 Dóris Margareth de Jesus (UBM), Rosane Maciel (Casa Civil), Heliana Hemetério dos Santos  
20 (Grupo Dignidade), Maria Cristina Fernandes Ferreira (SESA), Rosani do Rosário Moreira (APP-  
21 Sindicato), Silvia Cristina Xavier (SEJU). Presentes também as seguintes colaboradoras: Maria  
22 Teresa Rosa (SEDS-ER) Camnila SEPL), Ana Claudia (SESP), Danielle M. Vieira e Lucimeri  
23 Sampaio Bezerra (CPM/SEDS). A Presidenta informou que não havia quórum mas que devido  
24 a não realização da plenária de dezembro, entendia ser importante iniciar a reunião com a  
25 inversão de pauta, deixando para o final os assuntos que demandavam deliberações,  
26 aguardando a chegada das demais conselheiras, o que foi aceito por todas. A conselheira  
27 Alaerte (Rede Mulheres Negras) sugeriu que a cada reunião do colegiado fosse preenchida uma  
28 planilha de presença na hora da abertura da reunião, para resolver esta questão das  
29 frequências e que fosse oficiado a seus órgãos/entidades representados, solicitando  
30 providências. A conselheira Terezinha (SEDS) sugeriu a elaboração de um Relatório Trimestral  
31 de frequência para ser encaminhado as suas chefias. Na sequência chegou a conselheira  
32 Juliana Chagas da Silva Mittelbach (Sindisaúde), Foi decido iniciar pelo item 6. Avaliação da 4ª



33 Conferência. Terezinha (SEDS) relatou sobre um abrigo de emergência que estava  
34 fazendo antes do início da reunião e apresentou as doutoras Ana Claudia que é a nova  
35 coordenadora do CODEN e a Dra. Sâmia que é a nova Delegada da Delegacia da Mulher de  
36 Curitiba. Terezinha (SEDS) informou que foram 228 municípios que fizeram conferência, sendo  
37 148 conferências municipais, 106 conferências intermunicipais, 20 municípios foram municípios  
38 sedes destas conferências intermunicipais, 114 encontros temáticos, perfazendo um total de  
39 46.063 participantes dentro deste processo de conferências, 1667 horas de conferência, 3240  
40 delegadas não governamentais e 2538 delegadas governamentais. Doris perguntou das  
41 Deliberações que tinham prazo e Terezinha respondeu que já estavam no site e que todas  
42 receberam esta informação. E que o Relatório já havia sido enviado para a Nacional. Terezinha  
43 esclareceu que a Nacional havia encaminhado o formulário errado mas que foi solucionado o  
44 problema. A presidenta Doris observou que seria interessante constituir uma comissão para  
45 poder acompanhar este processo da Conferência quando for fazer o planejamento. A presidenta  
46 disse que a conferência atingiu os objetivos e elogiou a organização. Doris também falou das  
47 moções que não foram aprovadas que julgou ser uma perda muito grande para o evento. A  
48 conselheira Elaine (Rede Feminista de Saúde) relatou que participou de várias conferências e  
49 disse que este formato adotado prejudicou muito e que, com relação às moções houve uma  
50 perda considerável. Elaine sugeriu que fosse encaminhado à SPM estas sugestões. Alaerte  
51 (Rede Mulheres Negras) disse endossar a palavra da presidenta e da conselheira Elaine às 23  
52 moções que foram perdidas. A conselheira parabenizou a comissão organizadora e  
53 complementou que é necessário se aprimorar este processo. Falou das sobras de vagas e da  
54 importância de se rever isto para que fosse dada oportunidade para as novas. Rosani (APP-  
55 Sindicato) falou dos espaços das conferências, das vagas e do formato estabelecido que houve  
56 uma certa dificuldade para o entendimento. Mencionou a questão da lei e do veto. A  
57 conselheira Rosani disse que se sentiu prejudicada com relação a equipe técnica que  
58 assessora o Conselho, no que se refere a questão de imparcialidade na Conferência. Falou que  
59 a assessoria técnica jurídica deveria trabalhar para os dois lados o que não aconteceu. A  
60 conselheira solicitou acesso ao material apresentado na conferência. Heliana (Grupo Dignidade)  
61 discorreu sobre os episódios ocorridos na conferência, principalmente no que se referiu a sua  
62 pessoa e a importância de se construir pautas em defesa dos direitos da mulher. A conselheira  
63 concluiu sua fala dizendo que a prática racista permeia toda a sociedade e que é necessário  
64 mudar. Rosane (Casa Civil) falou sobre a sua participação no processo da conferência e da



65 riqueza de propostas que foram apresentadas. Rosane disse discordar da Conselheira Rosani  
66 (APP-Sindicato) no que se refere a equipe técnica que colaborou muito. Eliana (FETC-CUT/PR)  
67 falou também das moções que não foram aceitas e lamentou o termino da conferência e  
68 mencionou o sumiço de seu banner. Lamentou a posição que a assessoria jurídica tomou com  
69 defesas legalistas. Dra. Daniel le (NJA/SEDS) esclareceu que somente atendeu o pedido da  
70 presidenta e procedeu a leitura o que estava no Regimento. Dra. Danielle disse que foi  
71 informada pela representante de Brasília presente na conferência que tomasse cuidado porque  
72 eles estavam com problemas de suspensão em 3 estados que não cumpriram o Regimento.  
73 Dra. Danielle disse que fez a defesa da lei. Terezinha (SEDS), esclareceu que a equipe técnica  
74 da SEDS era terceirizada com exceção dela, Terezinha que é a gestora, da Dra. Danielle,  
75 Leandro, Thiago, Juliana, Carla, que são funcionários da SEDS e que assessoraram nos grupos.  
76 Terezinha disse que esta equipe estava ali para conduzir os trabalho, e que assim o foi feito. A  
77 conselheira citou uma frase: na multidão de conselheiras, há sabedoria”. Disse que respeita  
78 todas e que estão juntas para construir esta política. Falou também da questão da  
79 imparcialidade, da questão de direitos de ambas as partes: sociedade civil e governo. A  
80 conselheira registrou o episódio lamentável com a Secretária Fernanda Richa que não  
81 conseguiu se manifestar por ser a esposa do governador e que a mesma não estava ali neste  
82 papel, mas sim como gestora e Secretária de Estado de uma pasta na qual a política da mulher  
83 está abrigada tentando anunciar os avanços alcançados. Terezinha mencionou também o  
84 ocorrido no final da conferência, quando detectou-se necessidades fisiológicas feitas no piso do  
85 banheiro caracterizando assim o total desrespeito para com as senhoras encarregadas da  
86 limpeza do recinto. A conselheira informou que algumas moções que tem propostas concretas  
87 podem ser apresentadas, sendo que o prazo encerra-se em maio. Terezinha encerrou sua fala  
88 falando sobre profissionalismo, e que está conduzindo a política com lisura independente do  
89 lado em que se encontra. Mencionou a questão do Regimento que não foi permitido mexer  
90 porque já havia sido aprovado. Terezinha encerrou dizendo que que foi perdido tudo na primeira  
91 conferência, tudo na segunda conferência, mas não perderam na terceira que se transformou no  
92 Plano Estadual e concluiu dizendo que não perderão nesta quarta Conferência porque estas  
93 propostas serão inseridas no Plano Estadual. Terezinha agradeceu todas as conselheiras  
94 manifestando o seu respeito e admiração pela história de todas. A conselheira Maria Cristina da  
95 SESA disse ter ficado bastante incomodada na abertura. Falou da intolerância que só gera  
96 violência. A conselheira falou da função que todas desempenham neste colegiado e que é



97 preciso trabalhar com a unidade na adversidade. Rosani (APP-Sindicato) pediu a palavra para  
98 reafirmar que todo mundo tem lado sim e sobre o restabelecimento da confiança na equipe  
99 técnica. Rosani alegou que o episódio contra os professores pesou muito nesta reação contra  
100 a Secretária Fernanda na Conferência. A Dra. Danielle ratificou a sua decisão em cumprimento  
101 do Regimento e disse defender a Lei do Conselho. Terezinha disse que não foi dado o direito  
102 da Secretária falar. Terezinha ainda fez esclarecimentos sobre a questão da composição da  
103 mesa que foi preciso alterar de ultima hora causando todo o transtorno ao cerimonial e pediu a  
104 compreensão de todas. A presidenta Doris retornou ao assunto da composição da mesa e com  
105 relação as moções lamentou que não foram aceitas por entender que foi devido ao  
106 pensamento político. Doris falou que o Conselho Estadual deve discutir na próxima reunião  
107 quais são as moções que deve levar para a Nacional. Dra. Sâmia informou que através do  
108 CODEN foram conseguidos 8 vagas para deficientes na Delegacia e que precisará se ausentar  
109 para acompanhar este treinamento e que no dia que forem fazer a divulgação deste evento,  
110 ela mandará um convite a todas as conselheiras. Na sequência a Dra. Silvia(SEJU), disse que  
111 poderia sim a Sociedade Civil ter um advogado na Conferência para auxiliá-las. Perguntou se  
112 constava em ata. A resposta foi “não”. Dra. Silvia disse que o Conselho deveria deixar de perder  
113 tempo com a discussão das moções que não foram aprovadas e partir para uma ação. Doris  
114 falou novamente do quórum e sobre o entendimento do mesmo e que neste momento já haveria  
115 o quórum necessário para as deliberações. Doris fez a leitura da pauta e propôs que na  
116 sequência fosse feita a discussão do veto, 8 de março e calendário. Jussara (SEAB) solicitou  
117 que as reuniões fossem iniciadas mais cedo ao qual a Presidenta disse que não poderia ser  
118 possível. A presidenta Doris perguntou quem poderia fazer uma fala sobre a questão do veto.  
119 Marici, assessora do Dep. Prof. Lemos pediu a palavra para comunicar ao Conselho sobre a  
120 tramitação de uma emenda que fizeram, relacionadas as discussões que teve com o CEDM e  
121 Ministério Público. A presidenta Doris fez uma intervenção esclarecendo sobre a decisão que  
122 tomaram sobre esta emenda, pois não tiveram quórum na reunião e decidiram que as  
123 organizações e o Ministério Público entrariam na discussão. A Sra. Marici disse que com relação  
124 às entidades que não possuem formalmente CNPJ, apesar de ter a organização necessária  
125 para poder fazer parte deste Conselho, a solicitação de que se retire a expressão “legalmente  
126 constituídas” para que as entidades da Sociedade Civil que não possuem CNPJ, tenham  
127 possibilidade de ter cadeira neste Conselho. A Sra. Marici informou que apresentaram esta  
128 emenda e que foi votada na Assembleia Legislativa sendo aprovada pelo Plenário Geral. Ela



129 esclareceu que houve esta discussão pelas pessoas do Conselho e também do Ministério  
130 Público que apresentou uma carta se posicionando com referência a esta proposição e que foi  
131 entregue a todos os deputados e conversados com alguns deputados da situação e esta  
132 emenda foi apresentada para o Governador do Estado e para o Chefe do Poder Executivo para  
133 ser sancionada ou vetada. Houve o veto pelo governador, Veto nº 01/2016, argumentando que  
134 as entidades precisam ter um CNPJ que tenha um registro de direito privado também. A Sra.  
135 Marici esclareceu que este veto vai ser apreciado mais uma vez na Assembleia e que há  
136 necessidade de ter um numero de 28 votos contra o veto de 54 votos de Deputados, para que  
137 não precise voltar para o executivo. Solicitou recolocar esta pauta no Conselho. Na sequência  
138 passou a palavra a presidenta Doris que fez a leitura na íntegra do parecer do Núcleo Jurídico  
139 da SEDS, protocolado sob nº 13.839.283-0 onde o mesmo se manifestou contrário a  
140 supressão das palavras “legalmente constituídas” no Art 6º da Lei 17.204 de 11 de janeiro que  
141 criou o CEDM. Dra. Camila Maffiolet do Ministério Público disse entender que este  
142 posicionamento do Núcleo Jurídico da SEDS é uma interpretação e que não existe nada que  
143 obrigue uma entidade a ser legalmente constituída para compor um Conselho e que existem  
144 vários Conselhos sem esta exigência. Falou da importância da atuação das entidades que  
145 devem ser consideradas e o regimento já propões isso. Dra. Camila sugeriu que poderiam  
146 pensar de que forma o Conselho, se assim entender, pode intervir para que este veto possa ser  
147 rediscutido. A presidenta Doris perguntou como o Conselho pode se posicionar sobre este  
148 assunto. Houve uma discussão sobre o parecer da PGE. A Coselheira Maria Cristina da SESA  
149 fez a entrega de um exemplar do Dicionário Feminino da Infâmia – Acolhimento e Diagnóstico de  
150 Mulheres em Situação de Violência de Elizabeth Fleury – Teixeira & Stela N. Meneghel. A  
151 conselheira disse que este exemplar ficará a disposição na Secretaria Executiva e que fosse  
152 solicitado direto a Fio Cruz mais exemplares para o Conselho. Retornando ao assunto, a  
153 presidenta Doris pediu para o Conselho se posicionar com relação ao veto. Sugeriu que se tire  
154 uma comissão para acompanhar esta questão. Terezinha (SEDS) perguntou se haveria quórum  
155 para esta votação. Doris disse que sim e sugeriu que se deliberassem sobre a composição  
156 desta comissão. Dra. Danielle (NJA/SEDS) alertou que para uma Deliberação tem todo um  
157 trâmite. A mesma deverá ser submetida à apreciação do Núcleo Jurídico da SEDS, o que  
158 demanda um certo tempo e sugeriu que fosse feito um manifesto em vez de deliberação. A  
159 presidenta concordou com a sugestão e solicitou que a Dra. Danielle (NJA/SEDS) e a Dra.  
160 Camila (MP/PR) elaborassem o texto deste manifesto. Dra. Danielle disse não poder participar



161 desta construção, uma vez que já existe um parecer feito pela sua chefia. Dra. Camila e a  
162 presidenta disseram que o Conselho delibera mas que gostaria que a Assessoria Técnica  
163 ajudasse a elaborar. Danielle disse que não seria possível, porque não pode redigir, porque ela  
164 só analisa a legalidade. Doris mencionou que deveria ter 5 pessoas nesta comissão. Doris  
165 pediu para a Secretaria Executiva solicitar uma audiência com o Dep. Romanelli para o CEDM.  
166 Terezinha disse que após marcada a audiência com o Deputado Romanelli, irá ser comunicado  
167 as Conselheiras para ver quem poderá ir. Passando para o próximo item, a definição do dia 08  
168 de Março. Eliana falou que poderia usar o tema da própria conferência. Falou de se fazer uma  
169 atividade e fizesse uso do que se tem no Estado. Sugeriu um programa na TV Educativa. Rosani  
170 (APP- Sindicato) falou das atrações dos Movimentos Feministas para a terça-feira dia 08 de  
171 março e citou cinco pontos que irão tratar nas caminhadas deste dia. A Dra. Camila do MP/PR  
172 pediu desculpas por voltar ao assunto do Parecer e disse que leu a nova Lei do CEDM e que  
173 não viu nada que impeça a Assessoria Jurídica de escrever um Parecer a partir de uma  
174 deliberação do Conselho e perguntou à Presidenta qual seria o papel então da Assessoria  
175 Jurídica neste Conselho. Doris esclareceu que havia entendido o que a Dra. Danielle quis dizer  
176 que uma Deliberação demandaria muito tempo e precisariam de uma resposta -mais rápida.  
177 Doris disse que no Planejamento será discutido o Regimento Interno. Dra. Camila perguntou à  
178 Presidenta se esta decisão foi tomada por consenso para que ficasse bem clara, pois não houve  
179 uma votação. A Presidenta disse que este encaminhamento foi referendado por consenso. Dra.  
180 Camila informou que o MP está organizando um evento sobre a violência contra as mulheres no  
181 dia 22 de março, o dia inteiro, no auditório sede do Ministério Público e que será divulgado  
182 posteriormente. A conselheira Eliana propôs que o Conselho Estadual cobrasse a participação  
183 dos Conselhos Municipais para que se envolvessem neste evento do MP. A conselheira  
184 Terezinha (SEDS) disse que haverá necessidade de se elaborar um calendário do mês de  
185 março com as programações de todos estes eventos que estão chegando para serem  
186 colocadas no site. A conselheira Alaerte (Rede Mulheres Negras) informou que a Rede  
187 Feminista estará organizando no dia 15 de março uma oficina com 30 vagas sobre Direitos  
188 Sexuais e Direitos Reprodutivos. Alaerte sugeriu que o CEDM deveria realizar uma atividade  
189 específica e deu 2 sugestões: trazer a Sra. Conceição Amorim que é da AMB da Rede Feminista  
190 do Maranhão, que escreveu um texto sobre as mulheres e o meio ambiente, e que irá  
191 encaminhar para as conselheiras. A segunda sugestão é convidar algum especialista para fazer  
192 esta discussão com relação as questões relacionadas ao vírus da Zica como também a questão



193 do aumento da tarifa da luz. Doris retomou ao assunto do evento que o Conselho deverá  
194 realizar no mês de março, e sugeriu que se tire uma comissão para cuidar destes eventos,  
195 cujos temas foram indicados pela conselheira Alaerte e mais Mulher e Poder. A conselheira  
196 Rosani sugeriu que este evento fosse realizado na data da reunião, alertando a questão de  
197 quórum. A presidenta Doris disse que poderia ser reunião de manhã e o evento a tarde.  
198 Terezinha sugeriu transformar esta reunião do dia 15 no evento. Alaerte sugeriu dia 15 a reunião  
199 e dia 16 o evento. Doris encerrou a discussão alertando que não tem como realizar a reunião e o  
200 evento em um mesmo dia, ficando aprovado. Heliana levantou também a necessidade de se  
201 abordar o assunto que foi discutido com ralação ao Coordenador da área da Saúde do Ministério  
202 que é favorável ao sistema anti manicomial.. A conselheira solicitou que se traga esta discussão  
203 para o conselho. Doris sugeriu que estes temas sejam discutidos quando se fizer o  
204 planejamento. Doris nominou a comissão que irá cuidar do evento alusivo ao dia da mulher que  
205 ficou composta pelas seguintes conselheiras: Rosani (CUT/APP), Rosane (Casa Civil),  
206 Terezinha (SEDS), Eliana (FETC/CUT), Heliana (Grupo Dignidade), Doris (UBM), Delcinéia  
207 (FETAEP) Jussara (SEAB), Secretaria Executiva e Terezinha (SEDS). Doris encerrou este  
208 assunto dizendo que estas pessoas iriam depois se reunir para decidir o que fazer e como fazer.  
209 Doris orientou que se publique o Calendário e pedir que os Municípios enviem as datas das  
210 suas atividades para que fosse colocado no portal do Conselho. Tere informou que iria solicitar  
211 aos Escritórios Regionais que auxiliasse nesta tarefa. A presidenta passou para o ponto  
212 “aprovação do Calendário”. Foi explicada a questão da disponibilidade do Auditório e foi  
213 solicitado que fosse visto a possibilidade de se alterar a data da reunião de 17 de maio. A  
214 conselheira Jussara sugeriu que a reunião de maio fosse realizada na Emater. Aprovado. A  
215 presidenta mencionou um pedido que a reunião não fosse nas terças feiras e pediu para  
216 verificar a possibilidade dese mudar para as quartas feiras. A conselheira Elaine (Rede Feminista  
217 de Mulheres) se manifestou contrária. Após a discussão do calendário, o mesmo foi **aprovado**.  
218 A presidenta solicitou que fosse visto a possibilidade de se transferir de terça para quinta.  
219 Terezinha (SEDS) informou que ira verificar juntamente com a Secretaria executiva a  
220 possibilidade de alterar o calendário e informar as conselheiras do resultado. Doris informou que  
221 a IV Conferencia Nacional foi transferida de março para maio e que todas as conselheiras já  
222 foram informadas. A presidenta observou que será necessária cuidar da logística deste  
223 processo para a participação no evento. Terezinha (SEDS) fez um relato sobre a conferência  
224 anterior e propôs que se mantivesse a mesma comissão que cuidou da organização da



225 conferência estadual para cuidar da Conferência Nacional. **Aprovado.** Terezinha informou o  
226 número dos participantes do Paraná para a Conferência Nacional: 4 delegadas representando  
227 do CEDM (2 Gov e 2 S/C), 83 delegadas S/C, 24 delegadas governamentais municipais e 12  
228 delegadas governamentais estadual. Doris consultou a plenária sobre a Ata da reunião anterior,  
229 Ata aprovada. Encerrada a reunião do período da manhã as 12h30. Período da tarde: Presentes  
230 as seguintes conselheiras: Delcineia Westphal Serconhuk (FETAEP), Rosani do Rosário Moreira  
231 (APP- Sindicato), Carmen Cristina Zadra (SEDS), Elaine Ferreira Galvão ( Rede Feminista de  
232 Saúde ), Heliana Hemetério dos Santos (Grupo Dignidade), Alaerte Leandro Martins (Rede  
233 Mulheres Negras), Juliana Chagas da Silva Mittelbach (Sindisaúde /PR), Eliana Maria dos  
234 Santos (FETC/CUT/PR), Terezinha Beraldo Pereira Ramos (SEDS), Jussara Fátima Ribeiro  
235 (SEAB), Melissa Colberto Bello (SEED), Rosane Maciel (Casa Civil). Convidadas: Cinthia Beal  
236 Rush (SEPL), Convidadas: Claudia Cristina Hoffmann (MPPR), Danielle Vieira (SEDS/NJA),  
237 Tatiane Macarini (SEDS/CPM) e Lucimeri Sampaio Bezerra (SEDS/CPM). A presidenta Doris  
238 iniciou a reunião as 13h30 com a discussão do item 5. Planejamento para 2016 e Comissões.  
239 Doris solicitou que a Secretaria Executiva consultasse as Conselheiras em quais Conselhos as  
240 Conselheiras estão atuando. A conselheira Alaerte (Rede Mulheres Negras) deu exemplo de  
241 funcionamento do Conselho da Saúde e discorreu sobre a questão da participação das  
242 conselheiras nas reuniões das comissões. A conselheira Elaine (Rede Feminista de Mulheres)  
243 deu exemplo de Londrina para a participação de convidadas. Doris sugeriu que, no mínimo, as  
244 comissões tenham 3 participantes da Sociedade Civil e 3 Governamentais. Aprovado. As  
245 comissões ficaram assim definidas: 1. Comunicação e Mobilização e Acompanhamento de  
246 Conselhos (CUT, SEJU e Federação das Mulheres do PR) 2. Trabalho e Autonomia (Sindipetro,  
247 UBN, SEDS). 3. Planejamento e Orçamento (Grupo Dignidade, CUT, SEJU e SESP. 4.  
248 Legislação e Normas (Casa Civil, Rede Mulheres Negras e SESP) 5. Enfrentamento à Violência  
249 contra as Mulheres (Fetaep, Grupo Dignidade, CUT, Rede Feminista de Saúde, SESA, SEJU,  
250 SEED e SESP). A presidenta disse que para a próxima reunião elas devem se reunir  
251 (Sociedade Civil e as Governamentais) e fechar as integrantes de todas as comissões. Doris  
252 disse que para a próxima reunião também terá que serem indicadas para a Câmara Técnica  
253 duas conselheiras: uma titular e uma suplente da Sociedade Civil. Doris disse que é importante  
254 que a Sociedade Civil se reúna e defina estes nomes. A presidenta alertou que a Comissão de  
255 Normas já deve ir pensando no novo regimento para ser discutido. A Dra. Danielle (SEDS)  
256 informou que pode participar desta Comissão. O próximo ponto de pauta foi o item 9. Informes



257 da Câmara Técnica de Gestão Estadual. A conselheira Terezinha (SEDS) informou que a  
258 reunião da Câmara Técnica que seria realizada dia 15/02 e tendo em vista o cancelamento da  
259 vinda da Secretária da SPM, Sra. Aparecida Gonçalves a reunião foi transferida para o dia  
260 29/02. A conselheira relatou a visita que foi feita à Casa da Mulher Brasileira juntamente com a  
261 Sra. Aparecida Gonçalves e também a Reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça e  
262 também com a vice governadora Cida Borghetti. Terezinha (SEDS) informou que no dia 23/02  
263 terá a reunião da comissão executiva da Casa da Mulher Brasileira. Fez esclarecimentos  
264 também sobre o Fórum que delibera sobre Unidades Móveis. A conselheira comunicou que  
265 quando ela assumiu em março de 2015 ela assumiu uma área técnica da mulher ligada a uma  
266 Unidade Técnica de Garantia de Direitos e que agora são uma Coordenação de Políticas para a  
267 Mulher ligadas a uma Superintendência de Garantias de Direitos inclusive com orçamento.  
268 Informou que fizeram um levantamento dos Conselhos da Mulher existentes no Estado e que  
269 são 33 Conselhos Municipais da Mulher em um universo de 399 municípios. Terezinha  
270 apresentou a servidora Tatiane Macarini (SEDS) que está elaborando uma cartilha bastante  
271 didática sobre a criação destes Conselhos Municipais de Direitos da Mulher. A conselheira  
272 Rosani (APP Sindicato) fez um questionamento sobre as Unidades Moveis e sobre o Fórum. A  
273 conselheira Alaerte (Rede Mulheres Negras) louvou as ações que serão tomadas com relação a  
274 elaboração do manual e observou que o mesmo deverá ser trazido à apreciação do Conselho.  
275 Terezinha (SEDS) reafirmou o seu compromisso para que estas Unidades Moveis vão estar  
276 rodando, com certeza. A conselheira concluiu sua fala fazendo mais alguns esclarecimentos  
277 sobre os programas que estão executados pela SEDS. A servidora Tatiane (SEDS) fez a sua  
278 apresentação e esclarecimentos sobre esta elaboração da cartilha. Terezinha (SEDS) informou  
279 que está sendo providenciado um Centro de Referência Itinerante para a Região Metropolitana.  
280 A conselheira Delcinéia (FETAEP) falou sobre o acompanhamento que a FETAEP vem fazendo  
281 no monitoramento das Unidades Móveis. A presidente Doris fez a leitura do próximo ponto de  
282 pauta: Informes da Presidência e Secretaria Executiva: 1. Recebido Protocolo nº 13.881.866-7  
283 encaminhando Decreto nº 3259 nomeando Izabel Mello Brito e Maria Cristina Fernandes  
284 Ferreira para substituir Marcia Huçulak e Débora Maria Bilovus Souza no CEDM pela SESA. 2.  
285 Recebido a Nota de Repúdio encaminhada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de  
286 Irati sobre o comportamento machista de algumas delegadas e a inércia do Conselho Estadual  
287 dos Direitos da Mulher do Paraná na Conferência Estadual de Políticas Públicas para Mulheres.  
288 A presidenta Doris fez a leitura da Nota de Repudio do Conselho Municipal de Irati e a



289 conselheira Terezinha fez o relato do ocorrido Após os esclarecimentos foi informado que o  
290 pretendente a vaga de delegado desistiu de concorrer. Doris solicitou a elaboração de um  
291 documento endereçado ao Conselho de Irati explicitando o ocorrido. 3. Recebido da Secretaria  
292 de Esporte e Turismo – SET, o Ofício nº 085/2016 solicitando a substituição da conselheira titular  
293 Adriana Porto Seus pela conselheira Marcia Regina Coelho Ribeira Luhr de Oliveira. 4. Recebido  
294 o Ofício 003/2016-CPCA da Coordenação de Políticas da SEDS, o Estatuto da Criança e do  
295 Adolescente. 5. Recebido em novembro de 2015 o Parecer da Ministério Público o Parecer  
296 sobre alteração do Art. 6º da Lei 17.504/2013 protocolado nº 13.839.283-0. 6. Recebido da Casa  
297 Civil a Lei 18.658 de 18 de dezembro de 2015 – Protocolo nº 13.550.850-0 que institui na SEDS  
298 o Conselho Estadual da Mulher. 7. Elaborado o Ofício 001/2016 do CEDM à Secretária  
299 Fernanda 8 Recebido por e-mail a solicitação de inclusão na pauta de fevereiro o tema das  
300 creches, mas como repetimos a pauta de dezembro não havia espaço, ficando para o mês de  
301 março.9. Justificativa de ausências: Luciana Kaiser ( FETRAF), Anaceli Azevedo (Sindipetro) e  
302 Josiane Liz (Federação das Mulheres do Paraná). Terezinha (SEDS) fez uso da palavra para dar  
303 as boas vindas para a Dra. Ana Claudia da CODEN que se manifestou muito feliz em poder  
304 participar neste Colegiado. Dra. Claudia, servidora do MP que reforçou o convite para a  
305 participação de todas no evento do dia 22/03. Doris informou que antes de encerrar a reunião  
306 ficou um ponto para o final que seria a elaboração do documento que será enviado à  
307 Assembleia. Rosani (APP/CUT) iniciou a leitura do ofício que deverá ser enviado a Alep. A  
308 presidente Doris fez uma intervenção para trocar a palavra “deliberou” por “decidiu”. Rosani fez  
309 a correção e continuou com a leitura. Doris disse com a relação no texto, onde diz que que não  
310 pode impor mas sim respeitar a dinâmica de alguns movimentos que não tem CNPJ  
311 fundamentado no parecer do MP, em anexo. Terezinha sugeriu que fosse exemplificado então  
312 no texto: “Marcha Mundial das Mulheres, AMB, etc.. Dra. Danielle perguntou para quem será  
313 endereçado este documento. Doris respondeu que para o Presidente e para o Líder do Governo  
314 e todos os Deputadas e Deputados. Doris pediu para encaminhar o documento para a Secretaria  
315 Executiva para fazer o encaminhamento. Vencidos os assuntos, a Reunião foi encerrada às  
316 16h00 . A presente ata foi elaborada por mim, Aldameri Imthurm., Secretária Executiva deste  
317 Conselho, e após aprovação, esse documento terá assinatura das Conselheiras e será  
318 disponibilizado no site do CEDM. Curitiba, 17 de fevereiro de 2016.

319

320



321 anexo I

322

323 Conforme transcrição Ofício nº 901/2015 Ministério Público do Estado do Paraná

324

325

326 Nos exatos termos do art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público é instituição  
327 Permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica,  
328 do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

329 No contexto das atribuições institucionais do Ministério Público, foi criado Núcleo de  
330 Promoção da Igualdade de Gênero – NUPIGE, vinculado ao Centro de Apoio Operacional das  
331 Promotorias de Justiça de Proteção de Direitos Humanos, que vem atuando em demandas de  
332 gênero, especialmente no que tange à defesa dos direitos coletivos e difusos das mulheres e a  
333 efetivação das respectivas políticas públicas.

334 O Ministério Público, por meio do NUPIGE, acompanha regularmente as reuniões do  
335 Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e, como bem sabe Vossa Excelência, na reunião  
336 ocorrida no último dia 20 de outubro houve a deliberação no sentido da alteração do art. 6º, da  
337 Lei Estadual nº 17.504/2013 (verbis: “6º A representação de sociedade civil organizada será  
338 eleita e composta por treze representantes titulares e respectivos suplentes das entidades da  
339 sociedade civil organizada, **legalmente constituídas** em funcionamento há mais de dois anos  
340 no âmbito do Estado do Paraná, obrigatoriamente ligadas à promoção e à proteção dos direitos  
341 das mulheres – grifo nosso), de modo a se retirar a exigência de que as representações da  
342 sociedade civil no referido Conselho devam estar “legalmente constituídas”.

343 Na mesma oportunidade, realizou-se consulta ao Ministério Público do Estado do Paraná  
344 sobre a viabilidade jurídica da pretendida modificação.

345 Assim sendo, serve o presente para deixar registrado o entendimento de que  
346 considerando o art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal (verbis, “Todo o poder emana  
347 do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou **diretamente**, nos termos desta  
348 Constituição – grifo nosso), bem como a regra prevista no art. 204, inc. II, da Constituição  
349 Federal (verbis, “II – participação da população, por meio de organizações representativas, na  
350 formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis), nada impede e tudo  
351 recomenda a alteração pretendida de molde a – na perspectiva de efetiva democracia  
352 participativa – ampliar-se a possibilidade de participação de entidades e movimentos sociais



353 que, mesmo sem ostentarem registro formal como pessoa jurídica, já possuem reconhecida  
354 intervenção positiva na matéria pertinente à promoção de igualdade de gênero, inclusive no  
355 enfrentamento à violência doméstica familiar contra a mulher.

356 Vale dizer, diante da inexistência de obrigatoriedade legal advinda de qualquer regra de  
357 nosso ordenamento jurídico, nada justifica que a lei instituidora do Conselho Estadual de Direitos  
358 da mulher do Estado do Paraná, na perspectiva de desejada democracia participativa, faça por  
359 exigir a constituição formas das entidades que irão integrá-lo, sendo que a comprovação das  
360 atividades na área especializada, dentro do período assinalado (02 anos, art. 6º), mostra-se  
361 suficiente para o propósito de representação dos melhores interesses das mulheres e da  
362 sociedade.

363 Tendo assim que o Decreto Federal nº 8243/2013, que institui a Política Nacional de  
364 Participação Social o sistema Nacional de Participação Social, prevê, dentre as diretrizes para a  
365 constituição dos conselhos de políticas públicas, a “garantia da diversidade entre os  
366 representantes da sociedade civil”.

367 Nessa linha, o Decreto Federal nº 6.412/2008, que instituiu o Conselho Nacional dos  
368 Direitos da Mulher, não exige a constituição legal das entidades representativas da sociedade  
369 civil organizada, nem tampouco o Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Curitiba (Lei nº  
370 14.362/2013).

371 Ademais, ressalta-se a especial oportunidade para alteração proposta diante do fato de  
372 estar tramitando na Assembleia Legislativa do Estado o Projeto de Lei nº 661.15 que objetiva  
373 revisão de várias normas da Lei Estadual nº 17504/2013

374 Enfim, a sugestão de nova redação para o art. 6º, da Lei Estadual nº 17.504/2013, é a  
375 seguinte:

376

377 Art. 6º A representação da sociedade civil organizada será eleita e composta por treze  
378 representantes titulares e respectivos suplentes das entidades da sociedade civil organizada em  
379 funcionamento há mais de dois anos no Âmbito do Estado do Paraná, obrigatoriamente ligadas à  
380 promoção e a proteção dos direitos das mulheres.

381

382 Esperando contribuir positivamente pra o adequado encaminhamento de tão relevante  
383 matéria, aproveitando o ensejo para renovar protestos de consideração e apreço

384



386 Olympio de Sá Sotto Maior Neto  
387 Procurador de Justiça  
388 Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção  
389 aos Direitos Humanos  
390  
391  
392 Mariana Seifert Bazzo  
393 Promotora de Justiça  
394 Coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero